



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público. - CPIBNDES

REQUERIMENTO N.^o , DE 2015 (Dos Srs. Caio Nárcio e João Gualberto)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, TELEFÔNICO, TELEMÁTICO e FISCAL do Senhor LUCIANO GALVÃO COUTINHO, CPF n.^o 636.831.808-20, no período compreendido entre 1.^º de março de 2007 e 1.^º de setembro de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§ 3.^º do art. 58 da CF/88), legais (art. 2.^º da Lei 1.579/52) e regimentais (arts. 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) de regência, requeremos seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de QUEBRA DOS SIGILOS BANCÁRIO, TELEFÔNICO, TELEMÁTICO e FISCAL do Senhor LUCIANO GALVÃO COUTINHO, CPF n.^o 636.831.808-20, no período compreendido entre 1.^º de agosto de 2008 e 1.^º de setembro de 2015.

JUSTIFICATIVA

Conforme revelou o jornal *O Estado de São Paulo*, em matéria divulgada na data de 14 de agosto do ano em curso¹, constou do relatório final produzido pela Polícia Federal, com base nas interceptações telefônicas colhidas na Operação *Erga Omnes*, 14.^a fase da Lavajato, a informação de que, em conversa com o executivo Alexandrino de Salles Ramos Alencar, da

¹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-diz-que-lula-estava-preocupado-com-assuntos-bndes/>.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

empreiteira Odebrecht, quatro dias antes dele ser preso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o executivo teriam demonstrado preocupação com assuntos relacionados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

No trecho do relatório da PF reproduzido abaixo, veiculado pelo periódico, o delegado federal Eduardo Mauat da Silva, integrante da força-tarefa da Operação Lava Jato, anotou o seguinte:

“Outro contato considerado relevante ocorreu em 15 de junho de 2015 às 20:06, entre Alexandrino Alencar e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nele ambos demonstram preocupação em relação aos assuntos do BNDES referindo-se também a um artigo assinado por Delfim Netto que seria publicado no dia seguinte sobre o tema. Alexandrino disse também que Emilio (Emilio Odebrecht) teria gostado da nota que o Instituto Lula (“...criado pelo ex-presidente em 2011, depois que ele deixou o governo, para trabalhar pela erradicação da fome no mundo, aprofundar a cooperação com os países africanos e promover a integração latino-americana, entre outros objetivos”) teria lançado depois da divulgação do laudo pericial acerca da contabilidade da empresa Camargo Corrêa, que teria doado três milhões de reais ao Instituto entre 2011 e 2013 e efetuado pagamentos a Lils Palestras Eventos e Publicidade LTDA na ordem de R\$ 1,5 milhão no mesmo período”.

É público e notório que membro do Ministério Pùblico Federal no Distrito Federal requisitou a instauração de inquérito policial para investigar a suposta prática do delito de tráfico de influência em transação penal internacional, tipificado no art. 337-C do Código Penal brasileiro, em razão de o ex-Presidente ter realizado gestões em benefício da construtora Odebrecht junto a chefes de Estado e outras autoridades de Países onde a empresa possui obras financiadas pelo BNDES.

O elo do ex-Presidente Lula na empreiteira, segundo as investigações empreendidas pela Polícia Federal, seria justamente o ex-diretor Alexandrino Alencar, preso na Operação Lava Jato, que teria acompanhado Lula em viagens ao Panamá, Colômbia, Peru, Equador, Portugal, Angola e Gana, onde a Odebrecht possui obras, algumas delas financiadas pelo banco de fomento brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mais recentemente, em reportagem intitulada “Documentos secretos mostram como Lula intermediou negócios da Odebrecht em Cuba”, a revista *Época* divulgou pormenores de uma visita do ex-presidente Lula à ilha dos irmãos Castro para discutir novas possibilidades de negócios a serem firmados entre a Odebrecht e o governo cubano.

Em telegramas secretos do Itamaraty e documentos sigilosos do governo brasileiro obtidos pela revista, figuram informações comprometedoras sobre a atuação de Luiz Inácio Lula da Silva como operador da Odebrecht, colhidas em suas viagens, inclusive a realizada no dia 31 de maio de 2011, e das realizadas por outras autoridades que tinham por destino Cuba.

Eis a íntegra da matéria:

“Documentos secretos mostram como Lula intermediou negócios da Odebrecht em Cuba

A reportagem obteve arquivos sigilosos em que burocratas descrevem as condições camaradas dos empréstimos do BNDES à empreiteira

THIAGO BRONZATTO

28/08/2015 - 23h14 - Atualizado 28/08/2015 23h48

>> *Versão reduzida da reportagem de capa de ÉPOCA desta semana*

No dia 31 de maio de 2011, meses após deixar o Palácio do Planalto, o petista **Luiz Inácio Lula da Silva** desembarcou em **Cuba** pela primeira vez como ex-presidente, ao lado de **José Dirceu**. O presidente **Raúl Castro**, autoridade máxima da **ditadura cubana** desde que seu irmão Fidel vergara-se à velhice, recebeu Lula efusivamente. O ex-presidente estava entre companheiros. Em seus dois mandatos, Lula, com ajuda de Dirceu, fizera de tudo para aproximar o Brasil de Cuba – um esforço diplomático e, sobretudo, comercial. Com **dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**, o BNDES, o Brasil passara a investir centenas de milhões de dólares nas obras do Porto de Mariel, tocadas pela **Odebrecht**. Um mês antes da visita, Lula começara a receber dinheiro da empreiteira para dar palestras – e apenas palestras, segundo mantém até hoje.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Naquele dia, porém, Lula pousava em Havana não somente como ex-presidente. Pousava como **lobista informal da Odebrecht**. Pousava como o único homem que detinha aquilo que a empreiteira brasileira mais precisava naquele momento: acesso privilegiado tanto ao governo de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff, quanto no governo dos irmãos Castro. Somente o uso desse acesso poderia assegurar os **lucrativos negócios da Odebrecht em Cuba**. Para que o dinheiro do BNDES continuasse irrigando as obras da empreiteira, era preciso mover as canetas certas no Brasil e em Cuba.

A visita de Lula aos irmãos Castro, naquele dia 31 de maio de 2011, é de conhecimento público. O que eles conversaram, não – e, se dependesse do governo de Dilma Rousseff, permaneceria em sigilo até 2029. Nas últimas semanas, contudo, ÉPOCA investigou os bastidores da atuação de Lula como lobista da Odebrecht em Havana, o país em que a empreiteira faturou US\$ 898 milhões, o correspondente a 98% dos financiamentos do BNDES em Cuba. A reportagem obteve **telegramas secretos do Itamaraty**, cujos diplomatas acompanhavam boa parte das conversas reservadas do ex-presidente em Havana, e documentos confidenciais do governo brasileiro, em que burocratas descrevem as condições camaradas dos empréstimos do BNDES às obras da Odebrecht em Cuba. A papelada, e entrevistas reservadas com fontes envolvidas, confirma que, sim, Lula intermediou negócios para a Odebrecht em Cuba. E demonstra, em detalhes, como Lula fez isso: usava até o nome da presidente Dilma. Chegava a discutir, em reuniões com executivos da Odebrecht e Raúl Castro, minúcias dos projetos da empreiteira em Cuba, como os tipos de garantia que poderiam ser aceitas pelo BNDES para investir nas obras.

Parte expressiva dos documentos obtidos com exclusividade por ÉPOCA foi classificada como secreta pelo governo Dilma. Isso significa que só viriam a público em 15 anos. A maioria deles, porém, foi entregue ao Ministério Público Federal, em inquéritos em que se apuram **irregularidades nos financiamentos do BNDES** às obras em Mariel. Num outro inquérito, revelado por ÉPOCA em abril, Lula é investigado pelos procuradores pela suspeita de ter praticado o crime de **tráfico de influência internacional** (Artigos 332 e 337 do Código Penal), ao usar seu prestígio para unir BNDES, governos amigos na América Latina e na África e projetos de interesse da Odebrecht. Sempre que Lula se encontrava com um presidente amigo, a Odebrecht obtinha mais dinheiro do BNDES para obras contratadas pelo governo visitado pelo petista. O MPF investiga se a sincronia de pagamentos é coincidência – ou obra da influência de Lula. Na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ocasião, por meio do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamotto, o ex-presidente negou que suas viagens fossem lobby em favor da Odebrecht e que prestasse consultoria à empresa. Segundo Lula, suas palestras tinham como objetivo “cooperar para o desenvolvimento da África e apoiar a integração latino-americana”.

INVESTIGAÇÃO

2010

CONTRATO COM EXCEPCIONALIDADE

g) percentual de cobertura: 100% para riscos políticos e extraordinários; e
h) garantias: fluxos internos de recebíveis gerados pela indústria cubana d
tabaco, a serem depositados em escrow account aberta em banco cubano.

Excepcionais das:

a) prazo de financiamento: 25 anos (regulamentar: 12 anos);
b) prazo de equalização de taxas de juros: 25 anos (regulamentar: 10 anos);
c) percentual de cobertura: 100% para riscos políticos e extraordinários (regulamentar: 95%);
d) garantias: fluxos internos de recebíveis gerados pela indústria cubana d
tabaco, a serem depositados em escrow account aberta em banco cubano (usufluxo externo de recebíveis).

O representante da Secretaria Executiva do COFIG lembrou que por ocasião de LXXI Reunião do Conselho de Ministros da CAMEX, realizada respetivamente nos dias 09/02 e 10/02/2010, destaca-se que, na ausência de vínculo dos futuros recebíveis do Porto Mariel, depositados em escrow account aberto fora de Cuba, o projeto deveria continuar sendo aprovado em tranches.

No entanto, ressalta que seria realizada em junho a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho Cuba-Brasil para os assuntos econômicos e comerciais. O Governo Cubano já informou que dando rever as condições de aprovação em tranches do Projeto Porto Mariel, vislumbrando a possibilidade de sua aprovação integral.

Decisão: Aprovada a liberação da tranche de 2010.

O Porto de Mariel, em Cuba, resultou de um acordo assinado com o Brasil em 2008, durante a gestão de Lula como presidente. O acordo previa que o BNDES emprestaria US\$ 600 milhões a Cuba até 2011. Cuba teria de contratar uma construtora brasileira para conduzir a obra. A escolhida foi a Odebrecht. Segundo o documento ao lado, de 2010, para permitir o empréstimo do banco estatal, que garantiria o negócio em Cuba à construtora brasileira, o BNDES aceitou condições atípicas, chamadas de "excepcionais das": prazo de pagamento maior, taxas de juros mais baixas por período maior, maior cobertura de riscos para o descumprimento do contrato e aceitação de garantias (direitos de recebimento de pagamentos) do mercado interno cubano, e não no mercado internacional.

público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, o Brasil passara a investir centenas de milhões de dólares nas obras do Porto de Mariel, tocadas pela Odebrecht. Um mês antes da visita, Lula começara a receber dinheiro da empreiteira para dar palestras – e apenas palestras, segundo mantém até hoje.

Naquele dia, porém, Lula pouava em Havana não somente como ex-presidente. Pouava como lobista informal da Odebrecht. Pouava como o único homem que detinha aquilo que a empreiteira brasileira mais precisava naquele momento: acesso privilegiado tanto ao governo de sua sucessora, a presidente Dilma Rousseff, quanto ao governo dos irmãos Castro. Somente o uso desse acesso poderia assegurar os lucrativos negócios da Odebrecht em Cuba. Para que o dinheiro do BNDES continuasse irrigando as obras da em-

preiteira, era preciso mover as canetas certas no Brasil e em Cuba.

A visita de Lula aos irmãos Castro, naquele dia 31 de maio de 2011, é de conhecimento público. O que eles conversaram, não – e, se dependesse do governo de Dilma Rousseff, permaneceria em sigilo até 2029. Nas últimas semanas, contudo, EPOCA investigou os bastidores da atuação de Lula como lobista da Odebrecht em Havana, o país em que a empreiteira faturou US\$ 898 milhões, o correspondente a 98% dos financiamentos do BNDES em Cuba. A reportagem obteve telegramas secretos do Itamaraty, cujos diplomatas acompanhavam boa parte das conversas reservadas do ex-presidente em Havana, e documentos confidenciais do governo brasileiro, em que burocratas descrevem as condições camaradas dos empréstimos do BNDES às obras

da Odebrecht em Cuba. A papelada, e entrevistas reservadas com fontes envolvidas, confirmam que, sim, Lula intermediou negócios para a Odebrecht em Cuba. E demonstra, em detalhes, como Lula fez isso: usava até o nome do presidente Dilma. Chegava a discutir, em reuniões com executivos da Odebrecht e Raúl Castro, minúcias dos projetos da empreiteira em Cuba, como os tipos de garantia que poderiam ser aceitas pelo BNDES para investir nas obras.

Parte expressiva dos documentos obtidos com exclusividade por EPOCA foi classificada como secreta pelo governo Dilma. Isso significa que só viriam a público em 15 anos. A maioria deles, porém, foi entregue ao Ministério Público Federal, em inquéritos em que se apuram irregularidades nos financiamentos do BNDES às obras em Mariel. Num outro inquérito, revelado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INVESTIGAÇÃO

2011

"DILMA É AMIGA DE CUBA"

De Brasemb Havana para Exteriores em 06/06/2011 (LMS)

Lula disse que veio a Cuba reiterar seu desejo de que o Brasil deixaria de ajudar que está seguro do compromisso da presidente Dilma Rousseff nesse sentido. "Dilma é amiga de Cuba", garantiu Lula ao chegar a Havana. O presidente da República disse que tem o financiamento garantido e não haverá mudanças.

Raúl Castro manifestou desejo de convidar Dilma a vir a Cuba quando possa, mesmo que seja uma visita rápida. Manifestou seu agradecimento à cooperação (particularmente da EMBRAER)

Em 2011, já fora da Presidência, Lula visita Cuba novamente e se encontra com o presidente Raúl Castro. De acordo com relatório do Itamaraty, ele diz que quer que o Brasil aumente sua presença no país caribenho. Diz que tudo continuará como antes: "Dilma é amiga de Cuba", garante Lula. O mesmo relato da diplomacia brasileira conta que Lula exortou o presidente de Cuba, Raúl Castro, a adotar o etanol como combustível. Na mesma conversa, segundo o relato, Raúl Castro manifestou o desejo de que Dilma visitasse Cuba. A presidente brasileira efetivamente visitou o país caribenho em 2014

charutos cubanos para cobrir o rombo. Estima-se que o governo cubano fature cerca de US\$ 400 milhões por ano com as vendas de charutos – abaixo, portanto, do total desembolsado pelo BNDES para viabilizar a construção do Porto de Mariel, cujo custo chegou a US\$ 682 milhões. Houve, ainda, outras duas exceções concedidas aos irmãos Castro: o governo brasileiro assumiria 100% dos riscos políticos e extraordinários do empréstimo; e o dinheiro do BNDES seria depositado no banco estatal cubano, em vez de ficar alojado numa conta no exterior, como é o usual em transações desse tipo.

Documentos inéditos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o MDIC, ao qual o BNDES se subordina, revelam que essas cláusulas eram tratadas oficialmente em reuniões como "excepcionalidades". Numa das reuniões do grupo do gover-

no que aprovava a liberação do dinheiro às obras da Odebrecht, mencionou-se que uma grande seguradora teria suspenso a garantia para as importações de Cuba por atraso nos pagamentos. Apesar do risco, a liberação dos recursos para Cuba e, consequentemente, para a Odebrecht era aprovada ano após ano. Quando ainda era ministro do Desenvolvimento, o petista Fernando Pimentel mandou classificar os documentos do projeto Mariel – e suas "excepcionalidades" – como secretos. Há três meses, o governo revogou essa decisão.

A AMIGA DE CUBA

Quando Lula se encontrou com os cubanos em maio de 2011, as obras de Mariel estavam avançadas. Mas os telegramas sigilosos da Embaixada do Brasil em Cuba revelam que os executivos da Odebrecht cobravam a liberação de mais parcelas do empréstimo do

BNDES. Eles também queriam ampliar os negócios em Cuba, participando de obras em aeroportos e, especialmente, na construção de usinas de cana-de-açúcar – sempre, e somente se, o BNDES financias as operações. Com o dinheiro do BNDES entrando na Ilha, isolada do mundo, Lula desfrutava a intimidade dos irmãos Castro, que até obrigaram seus cozinheiros particulares a aprender a fazer churrasco só para agradar ao ex-presidente brasileiro.

Ainda no dia 31 de maio, Lula, Dirceu e seus companheiros participaram de um jantar oferecido por Raúl Castro. Um diplomata estava lá. Tal qual um bom repórter, narrou aos superiores, num telegrama secreto, o que se conversou naquela noite – um outro telegrama, seco e sem essas informações, foi liberado pelo Itamaraty em maio, a pedido do jornal *O Globo*. "A reunião começou com intercâmbio totalmente

38 | EPAGA | 31 de agosto de 2016



CÂMARA DOS DEPUTADOS

trata-se de aumentar a produtividade das plantações de cana, cogerar energia e criar empregos", diz o telegrama. "Nas palavras do ex-presidente, petróleo não gera emprego." Raúl ficou de pensar e consultar Fidel.

No dia seguinte, Lula visitou as obras do Porto de Mariel ao lado de Raúl Castro e executivos da Odebrecht – entre eles, Marcelo Odebrecht, presidente da empresa, hoje preso na Lava Jato. Os homens da Odebrecht contaram que o BNDES ainda não liberara uma parcela de US\$ 150 milhões ao projeto Mariel. Pediram ajuda. Em seguida, Lula visitou, sozinho, Fidel Castro. Antes de ir embora, Lula recebeu uma carta a ser levada ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel. Continha um pedido para mais um projeto da Odebrecht em Cuba.

No dia 23 de agosto de 2011, meses depois da visita de Lula e de ele afiançar

que Dilma faria o que garantia, o BNDES liberou os US\$ 150 milhões para a Odebrecht prosseguir nas obras de Mariel.

NOSSO HOMEM EM BRASÍLIA

O principal interlocutor (oficial) do governo brasileiro com os cubanos era Fernando Pimentel, hoje investigado pela PF por suspeita de corrupção passiva e lavagem de dinheiro envolvidos no BNDES. Pimentel, mostram os documentos, agia em sintonia com os interesses de Lula, da Odebrecht e do governo cubano. Em maio de 2013, ele esteve em Cuba. "O MDIC (Pimentel) referiu-se à amizade do Brasil com Cuba e reiterou o apoio do governo aos esforços de modernização da economia e aumento da produção na Ilha. Afirmou que não faltarão recursos para o apoio brasileiro", relatou o diplomata que acompanhou o encontro com os cubanos (*leia acima*).

Na visita, Pimentel assinou um memorando de entendimento com Cuba para conceder empréstimo, via BNDES, de US\$ 176 milhões para a modernização de cinco aeroportos na Ilha. Após um longo período de negociação, em março deste ano, a Odebrecht iniciou a reforma e a ampliação do terminal 3 do Aeroporto de Havana, que contou com dinheiro do BNDES. Em outras ocasiões, seguindo os passos de Lula, Pimentel era o próprio garoto-propaganda da Odebrecht na América Latina. Em setembro de 2012, numa reunião em Montevidéu, Pimentel defendeu que o país se espelhasse no exemplo da Odebrecht em Cuba – e disse que a empreiteira tinha interesse em investir no Uruguai.

Meses depois da visita de Pimentel, um navio atracou ilegalmente no Porto de Mariel, ainda em obras. Embargaram-se ali, sob os olhos dos funcionários

do *ÉPOCA* (31 de agosto de 2016)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INVESTIGAÇÃO

2014 A CONVERSA RESERVADA

TELEGRAMA BRASEMB HAVANA
Secretaria Brasil-Cuba. Visita a Cuba do Pres. Luiz Inácio Lula da Silva (24-27/02). Porto de Mariel. Matriz energética cubana. Investimentos. De Brasemb Havana para Exteriores em 03/03/2014 (LPCA)
CARAT=Segreto

12. Posteriormente, em conversa reservada com o Pres. Lula, para a qual fui convocado, os citados representantes da Odebrecht trataram da questão do financiamento dos projetos aludidos na visita a Mariel. Sublinharam que, tendo em conta o volume de créditos já consignados pelo BNDES a Cuba (total de USD 1,5 bilhão), dificilmente o CONFIC aprovaria novos desembolsos sem contrapartida de Havana por meio de "garantias soberanas".

No ano passado, numa nova visita a Cuba, o ex-presidente Lula e executivos da Odebrecht ajudaram o governo local a imaginar novas formas de obter mais financiamento do BNDES, segundo relato da diplomacia brasileira. O obstáculo era o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (Cofig), órgão do BNDES responsável por aprovar esses empréstimos. Lula e os executivos da Odebrecht mostraram preocupação – o Cofig não aprovaria. Da conversa, saíram quatro formas de Cuba ter novas garantias a apresentar. Uma possível garantia era o pagamento recebido do Brasil pelo programa Mais Médicos. Outra era parte da produção cubana de nafta. Isso dependeria de a petroquímica brasileira Braskem incluir Cuba entre seus fornecedores. A Braskem, assim, ajudaria a empresa-mãe, Odebrecht. E dinheiro brasileiro puxaria mais dinheiro brasileiro. Recomendou-se que o dinheiro fosse colocado numa conta à margem dos organismos internacionais de fiscalização

Lula apresentou aos ministros de Cuba um estudo preparado pela Odebrecht. Apresentavam-se opções para “diversificar a matriz energética” cubana, com o uso de usinas de cana. Mas o grande tema da viagem envolvia a nova parcela de US\$ 290 milhões do BNDES – e as dificuldades que a cercavam. Foi com a chancela de Secreto, no dia 3 de março de 2014, às 15h38, que se enviou um telegrama da embaixada brasileira em Havana, Cuba, para o Ministério das

recursos sem “garantias soberanas”, ou seja, consignados pelo próprio país.

O DINHEIRO DO MAIS MÉDICOS

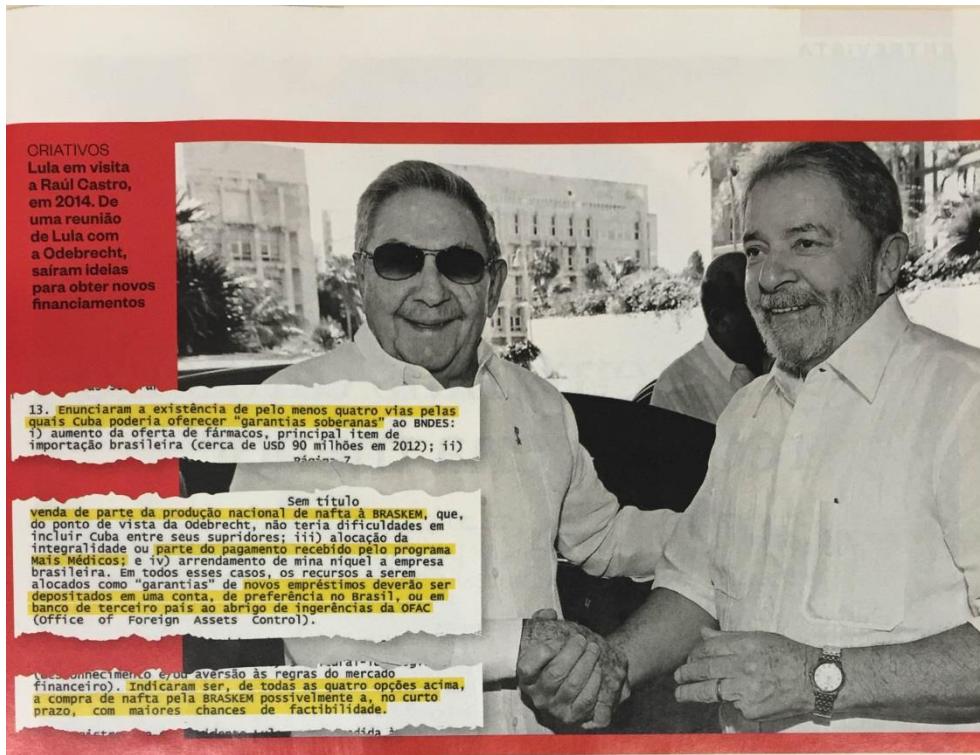
Os representantes da empreiteira alertaram o ex-presidente de que a prática de dar “garantias soberanas”, embora muito comum no mercado internacional, encontraria resistência em Havana, onde o capitalismo não tem vez. Por essa razão,

tora, seria a forma mais eficaz no curto prazo – e também a mais benéfica para os negócios da companhia.

O ex-presidente brasileiro entendeu o recado e acatou a sugestão, segundo o despacho secreto. O diplomata que acompanhava Lula anotou: “Registro que o Presidente Lula, na despedida à porta do avião, confidenciou-me ter tratado com o Presidente Raúl Castro,



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ORIATIVOS
Lula em visita
a Raúl Castro,
em 2014. De
uma reunião
de Lula com
a Odebrecht,
sairam ideias
para obter novos
financiamentos

13. Enunciaram a existência de pelo menos quatro vias pelas quais Cuba poderia oferecer "garantias soberanas" ao BNDES:
i) aumento da oferta de fármacos, principal item de importação brasileira (cerca de USD 90 milhões em 2012); ii)

Sem título
venda de parte da produção nacional de nafta à BRASKEM, que, do ponto de vista da Odebrecht, não teria dificuldades em incluir Cuba entre seus supridores; iii) alocação da integralidade ou parte do pagamento recebido pelo programa Mais Médicos; e iv) arrendamento de minério de níquel a empresa brasileira. Em todos os casos, os recursos a serem alocados como "garantias" de novos empréstimos devem ser depositados em uma conta, de preferência no Brasil, ou em banco de terceiro país, ao abrigo de ingerências da OFAC (Office of Foreign Assets Control).

Esse conhecimento é, todavia, aversão às regras do mercado financeiro). Indicaram ser de todas as quatro opções acima, a compra de nafta pela BRASKEM mais vantajosa a, no curto prazo, com maiores chances de facilidade.

xam claro que o governo brasileiro fazia de tudo para tentar fechar o novo financiamento, apesar das garantias precárias. O BNDES ainda estuda se libera o financiamento.

Procurado, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, afirma que, no período em que exerceu o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, "não atouou em favor de empresas, nem tampouco a pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva". Diz o texto que várias empresas brasileiras participaram de consulta do governo uruguaião sobre o Porto de Rocha e o governo não atouou em favor de nenhuma das empresas. A Odebrecht afirma em nota que o ex-presidente não teve "qualquer influência" nas suas duas obras em Cuba, o Aeroporto de Havana e o Porto de Mariel. A empresa diz que as discussões sobre bioenergia com o governo cubano não avançaram, mas

ainda estuda oportunidades nesse setor em Cuba, a partir da reformulação da Lei de Investimento Estrangeiro. A Odebrecht diz que a empresa na qual trabalha o ex-ministro Silas Rondeau foi uma das contratadas como parceira de estudos na área de energia.

Em nota, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou desconhecer o conteúdo dos documentos aos quais ÉPOCA teve acesso. Contudo, o Planalto destaca a importância estratégica do projeto de Porto de Mariel para as relações de Brasil e Cuba. "A possibilidade crescente de abertura econômica de Cuba e a recente reproximação entre Cuba e Estados Unidos vão impulsionar ainda mais o potencial econômico de exportação para empresas brasileiras." O BNDES afirma que a Odebrecht é a construtora brasileira com maior presença em Cuba, portanto faz sentido que a maior parcela das expor-

tações para aquele país financiadas pelo banco seja realizada pela empresa. Diz ainda que mantém com a Odebrecht relacionamento rigorosamente igual a qualquer outra empresa. O BNDES nega que esteja financiando projetos envolvendo direta ou indiretamente a Odebrecht no setor de energia, bioenergia ou sucroalcooleiro em Cuba. Sobre entendimento para financiamento de um porto no Uruguai, como indicou o então ministro Pimentel, o BNDES disse que não há nenhuma tratativa referente ao projeto em curso no Banco. Procurado por ÉPOCA, o ex-presidente Lula não quis se manifestar.

Em depoimento à CPI do BNDES, o presidente do banco, Luciano Coutinho, disse que Lula jamais interferiu em qualquer projeto de financiamento. Os documentos obtidos por ÉPOCA mostram uma versão diferente. Caberá ao MPF e à PF apurar os fatos. ♦

Outro lado

Procurado, o governador de Minas Gerais, **Fernando Pimentel**, afirma que, no período em que exerceu o cargo de **ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, "não atouou em favor de empresas, nem tampouco a pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva". Diz o texto que várias empresas brasileiras participaram de consulta do governo uruguaião sobre o Porto de Rocha e o governo não atouou em favor de nenhuma das empresas. A Odebrecht afirma em nota que o ex-presidente não teve "qualquer influência" nas suas duas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

obras em Cuba, o Aeroporto de Havana e o Porto de Mariel. A empresa diz que as discussões sobre bioenergia com o governo cubano não avançaram, mas ainda estuda oportunidades nesse setor em Cuba, a partir da reformulação da Lei de Investimento Estrangeiro. A Odebrecht diz que a empresa na qual trabalha o ex-ministro Silas Rondeau foi uma das contratadas como parceira de estudos na área de energia.

Em nota, a **assessoria de imprensa do Palácio do Planalto informou desconhecer o conteúdo** dos documentos aos quais ÉPOCA teve acesso. Contudo, o Planalto destaca a importância estratégica do projeto de Porto de Mariel para as relações de Brasil e Cuba. “A possibilidade crescente de abertura econômica de Cuba e a recente reaproximação entre Cuba e Estados Unidos vão impulsionar ainda mais o potencial econômico de exportação para empresas brasileiras.” O **BNDES afirma que a Odebrecht é a construtora brasileira com maior presença em Cuba**, portanto faz sentido que a maior parcela das exportações para aquele país financiadas pelo banco seja realizada pela empresa. Diz ainda que mantém com a Odebrecht **relacionamento rigorosamente igual a qualquer outra empresa**. O BNDES nega que esteja financiando projetos envolvendo direta ou indiretamente a Odebrecht no setor de energia, bioenergia ou sucroalcooleiro em Cuba. Sobre entendimento para financiamento de um porto no Uruguai, como indicou o então ministro Pimentel, o BNDES disse que não há nenhuma tratativa referente ao projeto em curso no Banco. Procurado por ÉPOCA, o **ex-presidente Lula não quis se manifestar**.

Em depoimento à CPI do BNDES, o presidente do banco, Luciano Coutinho, disse que **Lula jamais interferiu** em qualquer projeto de financiamento. Os documentos obtidos por ÉPOCA mostram uma versão diferente. Caberá ao MPF e à PF apurar os fatos.”

(Disponível em:

<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/documentos-secretos-mostram-como-lula-intermediou-negocios-da-odebrecht-em-cuba.html>.)

Dante do teor da reportagem reproduzida nas linhas acima e de outros elementos de prova já coligidos pelas autoridades brasileiras e divulgados pela imprensa, observa-se que são cada vez mais contundentes os indícios de que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva efetivamente praticou o crime de tráfico de influência em transação comercial internacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ouvido por esta CPI a respeito dos fatos, o Senhor Luciano Galvão Coutinho, presidente do BNDES desde a data de 27 de maio de 2007 – nomeado, portanto, sob a gestão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, declarou que este nunca interferiu nas operações realizadas pelo banco de fomento: “Posso afirmar que o ex-presidente Lula jamais solicitou ou interferiu no BNDES a respeito de qualquer projeto específico”.

A despeito dessa afirmação de Coutinho, conforme se dessume da informação constante da última página anexada, o ex-Presidente Lula chegou a tratar com Raúl Castro sobre a mais segura das possíveis garantias a serem oferecidas por Cuba ao BNDES para que a instituição fornecesse novos financiamentos em benefício daquele País.

Além disso, tornou-se de amplo conhecimento público que o financiamento concedido ao governo cubano para que a Odebrecht executasse as obras de modernização do porto de Mariel, contou com condições extremamente vantajosas ao contraente, a ponto de ser considerado um “contrato com excepcionalidades”. Tudo está a indicar que as condições de “pai para filho” obtidas por Cuba tenham decorrido da atuação de um interlocutor privilegiado entre o regime cubano, o governo brasileiro e a cúpula do BNDES: o ex-Presidente Lula.

Os documentos acima reproduzidos e a investigação conduzida contra o ex-Presidente Lula apontam nessa linha e constituem um indício de que o presidente do BNDES, Luciano Galvão Coutinho, mentiu a esta CPI, no depoimento que prestou em 27 de agosto de 2015.

Por essa razão, entende-se necessária a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático do Sr. Luciano Galvão Coutinho.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 2015.

**Deputado CAIO NÁRCIO
PSDB/MG**

**Deputado JOÃO GUALBERTO
PSDB/BA**